



ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição nº 2912/2025

São Luís, 01 de dezembro de 2025

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Pleno

- Conselheiro Daniel Itapary Brandão - Presidente
- Conselheiro Marcelo Tavares Silva - Vice-Presidente
- Conselheira Flávia Gonzalez Leite - Corregedora
- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Ouvidor
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
- Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Primeira Câmara

- Conselheiro Marcelo Tavares Silva - Presidente
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Segunda Câmara

- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Presidente em exercício
- Conselheira Flávia Gonzalez Leite
- Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Ministério Público de Contas

- Douglas Paulo da Silva - Procurador-Geral
- Jairo Cavalcanti Vieira - Procurador
- Paulo Henrique Araújo dos Reis - Procurador

Secretaria do Tribunal de Contas

- Marcelo da Silva Chaves - Secretário Geral
- Iuri Santos Sousa - Secretário de Gestão
- Giordano Mochel Netto - Secretário de Tecnologia e Inovação
- Fábio Alex Costa Rezende de Melo - Secretário de Fiscalização
- Regivânia Alves Batista - Gestor da Unidade de Gestão de Pessoas
- José Jorge Mendes dos Santos - Coordenador de Licitações e Contratos
- Guilherme Cantanhede de Oliveira - Supervisor do Diário Oficial Eletrônico
- João Virgínio da Silva Neto - Chefe da Unidade de Controle Interno

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS	1
Pleno	1
Primeira Câmara	1
Segunda Câmara	1
Ministério Público de Contas	1
Secretaria do Tribunal de Contas	1
Pleno	2
Acórdão	2
Decisão	7
Parecer Prévio	10
Resolução	12
Segunda Câmara	13
Decisão	13
Presidência	21
Portaria	21
Gabinete dos Relatores	28
Despacho	28
Edital de Citação	29
Secretaria de Gestão	31
Portaria	31
Extrato de Contrato	34

Pleno**Acórdão**

Processo nº 7404/2021 - TCE/MA

Natureza: Representação

Representante: Ministério Público de Contas - MPC/MA

Representado(s): Raimundo Nonato Carvalho (Prefeito), residente na Rua benedito Romão de Sousa, 503, Centro, Magalhães de Almeida/MA, CEP 65.560-000; Franciel Pessoa da Silva, residente na Rua Raimundo da Silva Lopes, s/n, Centro - Magalhães de Almeida/MA, CEP 65.560-000; Thamires Albuquerque de Carvalho (Secretária Municipal de Saúde), residente na Avenida Francisco Tobias de Castro, s/n Centro, Magalhães de Almeida/MA, CEP 65.560-000; Paula Lima Costa (Pregoeira), residente na Rua Manoel Pires, s/n, Centro, Magalhães de Almeida/MA, CEP 65.560-000; Marília Nunes da Silva, residente na Rua Zizi Gomes, 181, Centro, Magalhães de Almeida/MA, CEP 65.560-000.

Procuradores constituídos: Edmundo Soares do Nascimento Neto OAB 14136/MA, Gabriel Guerra Amorim de Souza OAB 25734/MA, Heloisa Aragão de Oliveira Costa OAB- 10045/MA, Luis Henrique de Oliveira Brito OAB -21959/MA

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira.

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Representação, com pedido de medida cautelar inaudita altera pars, em face de irregularidades verificadas no Pregão Eletrônico nº 020/2021 da Prefeitura Municipal de Magalhães de Almeida. Não acolhimento das justificativas. Aplicação de multa. Arquivamento.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 573/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Representação, com pedido de medida cautelar inaudita altera pars, proposta pelo Ministério Público de Contas (MPC) em face de diversas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 020/2021 da Prefeitura Municipal de Magalhães de Almeida, que teve por objeto a contratação de empresa para realização de estudo científico baseado no guia nacional de vigilância epidemiológica, visando monitorar a ocorrência de 39 doenças relacionadas, incluindo a realização de exames laboratoriais domiciliares

(Home Care), de responsabilidade de Raimundo Nonato Carvalho, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 1º, XXII, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, concordando, em parte, com o Parecer nº 3420/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, em:

- a) conhecer da Representação, em razão do cumprimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 41 e 43 da Lei Estadual nº 8.258/2005;
- b) não acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Senhor Raimundo Nonato Carvalho, Prefeito do Município de Magalhães de Almeida/MA, visto que este não logrou êxito em dirimir as irregularidades aventadas pelo Ministério Público de Contas;
- c) aplicar multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao Senhor Raimundo Nonato Carvalho, com fundamento no art. 67, III, da Lei Estadual nº 8.258/2005, em razão do descumprimento das obrigações referentes à INTCE/MA nº 34/2014, pela disponibilização extemporânea dos elementos de fiscalização no SACOP, devida ao erário estadual, sob o código da receita 307 - Fundo de Modernização de TCE (FUNTEC), a ser recolhida no prazo de quinze dias a contar da data da publicação deste acórdão;
- d) indeferir o pedido de concessão da medida cautelar em decorrência do cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 033/2021 conjuntamente com o Contrato nº 20210813001/2021 oriundos do Pregão Eletrônico nº 020/2021;
- e) determinar o arquivamento dos autos, com fundamento no art. 19, c/c o art. 50, I, da Lei Estadual nº 8.258/2005, considerando que a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde e a Prestação de Contas da Administração Direta do Município de Magalhães de Almeida, exercício financeiro de 2021 (ao qual o objeto da Representação está ligado), já transitaram em julgado em razão de terem sido alcançadas pela prescrição intercorrente.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o membro Ministério Público de Contas, Procurador Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

Processo nº 5657/2023 – TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2023

Representante: Vereador Venâncio Pio Rezende Barros CPF: 386.794.773-20

Representado: Município de Barão de Grajaú/MA, representado pelas Senhoras Claudimê Araújo Lima, Prefeita CPF: 446.753.303-63; Jackeline Viana Nogueira, Secretária Municipal de Assistência Social CPF: 903.036.953-15, Nádia Fernandes Ribeiro, Secretária Municipal de Saúde CPF: 059.508.773-65, Lilian Barros de Costa Noleto, ex-Secretária Municipal de Educação CPF: 059.508.773-65 e o Senhor Paulo Sérgio Cimento Barros, Secretário Municipal de Administração CPF: 408.205.563-00

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação contra o Município de Barão de Grajaú /MA. formulada pelo Vereador Venâncio Pio Rezende Barros e Outros. Exercício financeiro 2023. Supostas irregularidades na contratação do Posto Tropical Ltda, para o fornecimento de combustíveis a veículo de diversas secretarias municipais. Conhecer. Multa. Apensar.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 568/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação, formulada pelo Vereador Venâncio Pio Rezende Barros e Outros, contra o Município de Barão de Grajaú/MA, representado pelas Senhoras Claudimê Araújo Lima, Prefeita; Jackeline Viana Nogueira, Secretária Municipal de Assistência Social, Nádia Fernandes Ribeiro, Secretária Municipal de Saúde, e Lilian Barros de Costa Noletto, ex-Secretária Municipal de Educação e o Senhor Paulo Sérgio Cimento Barros, Secretário Municipal de Administração por supostas irregularidades na contratação do Posto Tropical Ltda, para o fornecimento de combustíveis a veículos de diversas secretarias municipais, no exercício financeiro 2023, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 8451/2024/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, acordam em:

1. conhecer da Representação, por preencher os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 41 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;
2. não acolher a defesa apresentada pela Senhora Claudimê Araújo Lima (Prefeita do Município de Barão de Grajaú), visto que não logrou êxito em demover a irregularidade pertinente à contratação da empresa Posto Tropical Ltda;
3. aplicar, solidariamente, aos responsáveis Senhoras Claudimê Araújo Lima, Prefeita Municipal de Barão de Grajaú, Jackeline Viana Nogueira, Secretária Municipal de Assistência Social, Nádia Fernandes Ribeiro, Secretária Municipal de Saúde, e Lilian Barros de Costa Noletto, ex-Secretária Municipal de Educação e o Senhor Paulo Sérgio Cimento Barros, Secretário Municipal de Administração, multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na forma prevista no art. 67, inciso III, da Lei 8.258/2005 c/c art. 274, inciso VII do RITCE/MA, sob o código de receita 307 – Fundo de Modernização do TCE/MA – Fumtec, a ser recolhida, no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do Acórdão, em razão de ato praticado, ou omitido, com grave infração à norma legal expressa, em razão de indícios de favorecimento na licitação realizada, que frustra o caráter competitivo da licitação, patrocínio de interesse privado perante a Administração Pública, bem como desvio de finalidade do emprego de recursos do Fundeb (Art. 37, caput, da Constituição Federal) - item 02.2 do Relatório de Instrução nº 7182/2024-NUFIS II - LÍDER 4 de 10 de setembro de 2024.
4. enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (Supex), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;
5. dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representado;
6. determinar o apensamento dos autos às contas anuais de gestão do Município de Barão de Grajaú/MA (Processo nº 5704/2025), exercício financeiro 2023, para análise em conjunto e em confronto com a referida prestação de contas, como disposto no artigo 50, § 2º, combinado com o art. 19, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva, e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto, Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 846/2024 - TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2023

Representante: Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão

Representado: Município de Mata Roma/MA, representado pelo Senhor Besaliel Freitas Albuquerque, Prefeito.

CPF: 505.476.663-49.

Procuradores constituídos: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão, em face do Município de Mata Roma/MA. Supostas irregularidades relativas ao descumprimento do art. 22, parágrafo único, IV e VI da LRF, onde a despesa é superior a 95% do limite legal, ou seja, superior a 51,3% da Receita Corrente Líquida. Exercício financeiro 2023. Conhecer. Multa. Apensar às contas anuais.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 570/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação, formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão, em face do Município de Mata Roma/MA, representado pelo Senhor Besaliele Freitas Albuquerque, Prefeito, em razão de supostas irregularidades relativas ao descumprimento do art. 22, parágrafo único, IV e VI da LRF, onde a despesa é superior a 95% do limite legal, ou seja, superior a 51,3% da Receita Corrente Líquida, no exercício financeiro 2023, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 683/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, acordam em:

1. conhecer da Representação, por preencher os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 41 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;
 2. aplicar ao Senhor Besaliele Freitas Albuquerque, Prefeito do Município de Mata Roma/MA, multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), prevista no art. 67, inciso III da Lei 8.258/2005 c/c art. 274, inciso III do RITCE/MA, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE – Fumtec, a ser recolhida no prazo de quinze dias, em razão do descumprimento do art. 22, parágrafo único, IV e VI da LRF, onde a despesa é superior a 95% do limite legal, ou seja, superior a 51,3% da Receita Corrente Líquida. Exercício financeiro 2023 (item – 4 do Relatório de Instrução nº 7911/2024 – NUFIS 1 - LIDER 7;
 3. dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representado;
 4. determinar o apensamento dos autos às contas anuais de governo do Município de Mata Roma/MA (Processo nº 3260/2024), exercício financeiro 2023, para análise em conjunto e em confronto com a referida prestação de contas, como disposto no artigo 50, § 2º, combinado com o art. 19, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005;
- Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva, e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto, Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 3645/2021-TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo (Recurso de Reconsideração)

Exercício financeiro: 2020

Entidade: Município de Água Doce do Maranhão/MA

Recorrente: Thalita e Silva Carvalho Dias (Prefeita)

Advogados: Carlos Sérgio de Carvalho Barros (OAB/MA nº 4947), Eveline Silva Nunes (OAB/MA nº 5332), João Francisco Serra Muniz (OAB/MA nº 8186), Raimundo Fortaleza de Souza Filho (OAB/MA nº 12851) e Socrátes José Niclevisk (OAB/MA nº 11138)

Recorrido: Parecer Prévio PL-TCE nº 456/2023

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Recurso de reconsideração. Prestação de Contas Anual de Governo. Município de Água Doce do Maranhão/MA. Conhecimento. Improvimento.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 550/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, que tratam de recurso de reconsideração interposto pela Senhora Thalita e Silva Carvalho Dias, Prefeita do Município de Água Doce do Maranhão/MA, exercício financeiro de 2020, contra o Parecer Prévio PL-TCE nº 456/2023, que desaprovou suas contas, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento nos artigos 127, 129, I, e 136 da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas em conhecer do referido recurso de reconsideração e, no mérito, julgar-lhe improcedente.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 3913/2015-TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de governo – Recurso de Reconsideração

Espécie: Prefeito Municipal

Entidade: Município de Grajaú/MA

Exercício financeiro: 2014

Responsável/Recorrente: Júnior de Sousa Otsuka (Prefeito) - (CPF nº 275.281.973-00)

Procuradores constituídos: Alessandro Macedo de Sá, CRC/MA nº 012789/0-8; Pedro Henrique Silva dos Santos, CRC/MA nº 011030; Raimundo Luiz Nogueira Filho CRC/PI nº 7409/0 T-MA

Recorrido: Parecer Prévio PL-TCE nº 60/2020

Ministério Público de Contas: Procuradora Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Recurso de Reconsideração interposto pelo Prefeito do Município de Grajaú/MA, Senhor Júnior de Sousa Otsuka, no exercício financeiro de 2014. Recorrido o Parecer Prévio PL-TCE nº 60/2020, relativo à Prestação de contas anual do Prefeito. Conhecimento. Improvimento. Manter o Parecer Prévio PL-TCE nº 60/2020 pela desaprovação das contas. Encaminhamento à Câmara de Vereadores do Município de Grajaú/MA.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 556/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, os autos do Processo nº 3913/2015-TCE/MA, que tratam da prestação de contas anual de governo do município de Grajaú/MA, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor Júnior de Sousa Otsuka, Prefeito, que interpôs recurso de reconsideração ao Parecer Prévio PL-TCE nº 60/2020, os membros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fulcro no art 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão e nos arts. 1º, inciso I, 129, inciso I, e 136 da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), reunidos em sessão plenária ordinária, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 2618/2021/GPROC/FGL do Ministério Público de Contas, acordam em:

a – conhecer do recurso de reconsideração, opostos pelo Senhor Júnior de Sousa Otsuka, prefeito de Grajaú/MA, no exercício financeiro de 2014, por apresentar todos os requisitos de admissibilidade, previstos no art.136 da Lei 8.258/2005;

b – negar provimento ao recurso interposto, por entender que as justificativas oferecidas pelo recorrente não foram capazes de modificar o mérito das irregularidades que motivaram o decisório recorrido;

c - manter o inteiro teor do Parecer Prévio PL-TCE nº 60/2020.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (declarou-se impedida, por lei, para discutir e votar na relatoria deste processo), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Decisão

Processo nº 960/2025 – TCE/MA

Natureza: Consulta

Exercício Financeiro: 2025

Entidade: Prefeitura Municipal de São Domingo do Maranhão/MA

Consulente: Kleber Alves de Andrade (Prefeito do Município de São Domingos do Maranhão/MA)

Procuradores constituídos: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Consulta. Direito Financeiro. Aplicação do Art. 18, §1º, da Lei Complementar Nº 101/2000 (LRF).

Contratação de Organizações Sociais. Classificação da Despesa com Pessoal. Alteração de Interpretação pela STN. Necessária Configuração de Desvio de Finalidade ou Fraude.

DECISÃO PL-TCE N.º 363/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da consulta formulada pelo Senhor Kleber Alves de Andrade, Prefeito do Município de São Domingos do Maranhão/MA, que trata do entendimento recente da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sobre a forma de contabilização das despesas com pessoal de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para fins de verificação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em particular no que tange ao art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), exercício financeiro de 2025, decidem os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 1º, XXI, e art. 59 da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, c/c o art. 269 do Regimento Interno deste TCE, reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, de acordo com o Parecer nº 11036/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

a) conhecer da consulta, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade, previstos no art. 269, inciso I, do Regimento Interno e art. 59, inciso I, da Lei Estadual n.º 8258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA);

b) responder, com fulcro no inciso XXI do art. 1º da Lei Estadual nº 8.258/2005, e em conformidade com o novo entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), consubstanciado na versão 5 da 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Parecer SEI nº 3974/2024/MF da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com base na fundamentação constante do voto:

b.1) como regra geral, as despesas com pessoal realizadas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Organizações Sociais (OS) em parcerias que visam à execução de atividades de interesse público, não devem ser computadas como despesas de pessoal do ente federado parceiro para fins de verificação dos limites estabelecidos no art. 18, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

b.2) ressaltar que a única exceção a esta regra ocorre quando for constatada fraude ou desvio de finalidade por simulação na parceria. Neste caso, e somente então, os gastos correspondentes à remuneração do pessoal empregado indevidamente, ou seja, aquele que substitui servidor ou empregado público em atividades-fim ou em categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos e salários do ente público, deverão ser contabilizados como despesas de pessoal, para fins de aplicação dos limites da LRF;

- c) salientar que este entendimento visa a aprimorar a segurança jurídica dos gestores e a fomentar a efetividade das parcerias com o terceiro setor na prestação de serviços públicos essenciais, em alinhamento com a jurisprudência e a manifesta intenção do legislador;
- d) determinar a publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MA, para que todos os fins de direito;
- e) após o trânsito em julgado, determinar o arquivamento eletrônico neste Tribunal de Contas de cópias dos autos.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar de Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava e Osmário Freire Guimarães e o Procurador do Ministério Público de Contas, Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 20 de agosto de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

Processo nº 5.593/2023 - TCE/MA

Natureza: Representação

Representantes: Evimar Jean Costa Barbosa, Vereador do Município de Codó/MA, CPF nº 257.820.703-82; Raimundo Leonel Magalhães Araújo Filho, Vereador do Município de Codó/MA, CPF nº 854.677.821-34; Raimundo Carlos da Silva, Vereador do Município de Codó/MA, CPF nº 427.593.153-04; Rodrigo de Lellis Salem Figueiredo, Vereador do Município de Codó/MA, CPF nº 006.234.963-56

Exercício financeiro: 2023

Representada: Prefeitura Municipal de Codó/MA

Responsável: José Francisco Lima Neres, Prefeito, CPF nº 372.537.783-91, residente e domiciliado na Rua Prefeito José Lago, nº 2.435, Santo Antônio, Codó/MA, CEP nº 65400-000

Procurador Constituído: Kléber de Oliveira Barros (OAB/DF nº 8.160)

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro – Substituto Osmário Freire Guimarães

Representação apresentada por vereadores do Município de Codó/MA, via Ouvidoria desta Corte de Contas, em face da Prefeitura Municipal, por possível falta de transporte escolar para os alunos da rede municipal de Codó/MA, referente ao exercício financeiro de 2023. Conhecimento. Improcedência. Ciência aos interessados. Apensamento às contas.

DECISÃO PL-TCE Nº 539/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à representação formulada por vereadores do Município de Codó/MA, em desfavor da Prefeitura Municipal, por suposta ausência de prestação de serviço de transporte escolar para os alunos do Município de Codó/MA, referente ao exercício de 2023, de responsabilidade do Senhor José Francisco Lima Neres, Prefeito no exercício considerado, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no art. 1º, II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), por unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme art. 104, §1º, da Lei Orgânica do TCE/MA, acompanhando o Parecer nº 709/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) conhecer da Representação, por estarem presentes requisitos de admissibilidade estabelecidos nos arts. 40 e 41 da Lei Orgânica do TCE/MA;
- b) considerá-la improcedente, por não restarem devidamente comprovadas nos autos as possíveis irregularidades descritas na Representação, após o exercício do contraditório e ampla defesa;
- c) dar ciência do deliberado, por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas;
- d) apensar os autos ao Processo nº 3.126/2024 (Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Codó/MA), referente ao exercício de 2023, para análise dos indícios de irregularidades em conjunto e em

confronto com as documentações contidas nas prestações de contas apresentadas pelo Ente Municipal, nos termos do art. 50, §§1º e 2º, da Lei nº 8.258/2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros – Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator), e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro – Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo n.º 4.350/2021-TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2021

Representante: Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão

Representada: Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA

Responsáveis: José Jaílton Ferreira Santos, Secretário de Administração, CPF nº 854.344.003-30, residente e domiciliado na Avenida Militar, nº 121, Vila do BEC, Zé Doca/MA, CEP nº 65365 – 000; Valdirene Silva e Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, CPF nº 056.278.033-55, residente e domiciliada na Rua Antônio da Costa, nº 537, Vila Nova, Zé Doca/MA, CEP nº 65365-000

Procuradores Constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procuradora de Contas Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro – Substituto Osmário Freire Guimarães

Representação formulada pelo Ministério Público de Contas em face da Prefeitura de Zé Doca/MA, com pedido de cautelar, por possíveis irregularidades na realização da Concorrência Pública nº 005/2021, referente ao exercício financeiro de 2021. Conhecimento. Indeferimento da cautelar. Procedência da Representação. Perda de objeto. Ciência do deliberado. Recomendação. Arquivamento.

DECISÃO PL-TCE Nº 538/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente à representação, em desfavor da Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA, por possíveis irregularidades na realização da Concorrência Pública nº 005/2021, referente ao exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Senhor José Jaílton Ferreira Santos, Secretário de Administração, e da Senhora Valdirene Silva e Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no exercício considerado, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no art. 1º, II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), por unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme art. 104, §1º, da Lei Orgânica do TCE/MA, acompanhando o Parecer nº 2.052/2021/GPROC2 do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) conhecer da Representação, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 43 combinado com os arts. 40 e 41 da Lei Orgânica do TCE/MA;
- b) indeferir o pedido de cautelar, por não preencher os requisitos previstos no art. 75 da Lei nº 8.258/2005, pela perda de objeto da Representação;
- c) considerar procedente a Representação, por terem sido confirmadas as irregularidades descritas, após instrução técnica, resultando no cancelamento da Concorrência Pública nº 05/2021 pela Administração;
- d) dar ciência do deliberado, por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas;
- e) recomendar ao Ente Municipal que se abstenha de realizar procedimentos licitatórios com instrumentos convocatórios que contenham cláusulas restritivas em desacordo com o normativo de regência;
- f) arquivar os autos, nos termos do art. 50, I, da Lei nº 8.258/2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite (declarou-se impedida por lei de discutir e votar na relatoria deste

processo) os Conselheiros – Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator), e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro – Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Parecer Prévio

Processo nº 3361 /2021 – TCE

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Exercício financeiro: 2020

Entidade: Município de Governador Edison Lobão/MA

Responsável: Geraldo Evandro Braga de Sousa (Prefeito), CPF 238.477.603-78

Procurador constituído: Não há

Ministério Público de Contas: Procuradora Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Governador Edison Lobão/MA. Responsabilidade do Senhor Geraldo Evandro Braga de Sousa, Prefeito no exercício de 2020. Parecer Prévio pela Aprovação com Ressalvas das Contas. Encaminhamento à Câmara Municipal de Governador Edison Lobão/MA. Arquivamento eletrônico de cópias dos autos neste TCE. Publicação da decisão

PARECER PRÉVIO PL-TCE nº 202 /2025

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual, e o art. 1º, I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão plenária ordinária, nos termos do relatório e voto do Relator, contrário ao Parecer nº 268/2023, GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas:

I) emitir parecer prévio pela Aprovação com Ressalvas das Contas Anuais do Prefeito do Município de Governador Edison Lobão/MA, Senhor Geraldo Evandro Braga de Sousa, relativas ao exercício financeiro de 2020, com fulcro nos arts. 1º, I, 8º, §3º, II, e 10, I, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado), pois representa de forma parcialmente adequada a situação orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Município, além de observar os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, devido às seguintes ocorrências remanescentes:

. inscrição em restos a pagar superou as disponibilidades financeiras suficientes para seus pagamentos;

. despesas empenhadas em montante superior às receitas arrecadadas no exercício;

inconsistência dos dados, vez que as despesas com FUNDEB e com o MDE alcançaram um percentual superior a 100%;

. envio, a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária Anual, de duodécimo para a Câmara Municipal.

II – após o trânsito em julgado, encaminhar à Câmara Municipal de Governador Edison Lobão/MA o presente processo, acompanhado do parecer prévio e da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MA, para as devidas providências;

III – recomendar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão/MA, com fulcro no, art. 31, §3º, da Constituição Federal, c/c o art. 56, §3º, da Lei Complementar n.º 101/2000, que disponibilize as presentes contas, durante 60 (sessenta) dias, a qualquer contribuinte, para exame e apreciação, do que deverá ser dada ampla divulgação;

IV – após o trânsito em julgado, determinar o arquivamento eletrônico neste Tribunal de Contas de cópias dos autos para os fins de direito.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Brandão Itapary (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado e Flávia Gonzalez Leite (declarou-se impedida por lei de discutir e votar na relatoria deste processo, com fundamento no art. 96, inciso VII, da Lei Orgânica do TCE/MA), os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Brandão Itapary
Presidente
Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo n.º 3388/2022 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2021

Entidade: Município de Timbiras/MA

Responsável: Antonio Borba Lima – Prefeito (CPF n.º 238.000.973-20)

Procuradores constituídos: Lucas Rodrigues Sá, OAB/MA n.º 14.884; Airon Caleu Santiago Silva, OAB/MA n.º 17.878; Carla Monique Barros Sousa, OAB/MA n.º 21.808; Raul César da Rocha Vieira OAB/MA n.º 14.962

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de Governo, Município de Timbiras/MA. Responsabilidade do Prefeito, Senhor Antonio Borba Lima, relativa ao exercício financeiro de 2021. Emissão de Parecer Prévio pela Desaprovação das contas de governo. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

PARECER PRÉVIO PL–TCE Nº 200/2025

Vistos, relatados e discutidos, estes autos referentes à Prestação de contas anual de governo de Município de Timbiras/MA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Senhor Antonio Borba Lima, Prefeito, os membros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fulcro no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão e nos arts. 1.º, inciso I, 129, inciso I, e 136 da Lei Estadual nº 8.258/2005, por unanimidade, em sessão plenária ordinária, nos termos do relatório e voto do Relator, e de acordo com o Parecer do Ministério Público de Contas, decidem:

a) emitir parecer prévio pela desaprovação das contas de governo, de responsabilidade do Senhor Antonio Borba Lima, Prefeito de Timbiras/MA, no exercício financeiro de 2021, nos termos dos arts. 1.º, I, 8.º, § 3.º, III, e art. 10, I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão das falhas consignadas no Relatório de Instrução n.º 4353/2022, NUFIS3/LIDER11, de 03 de novembro de 2022 e mantidas no Relatório de Instrução Conclusivo Nº 823/2023 de 23 de março de 2023 NUFIS3/LIDER11, a seguir:

a.1) o resultado orçamentário deficitário, a Receita Realizada foi da ordem de R\$ R\$ 79.495.250,61, ao passo que a Despesa Empenhada foi de R\$ 82.776.139,08, registrando um deficit de R\$ 3.280.888,47, descumpriu o disposto no § 1º do art. 1º, na alínea “b” do inciso I do art. 4º e no caput do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, combinado com a alínea “b” do art. 48 da Lei nº 4.320, de 1964. (seção 4, item 4.3.3, Quadro 3, do Relatório de Instrução nº nº 4353/2022; e Seção 2, item 2.1, do Relatório de Instrução Conclusivo nº 823/2023);

a.2) a demonstração do percentual mínimo 70% dos Recursos recebidos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, apresenta divergências; o município aplicou 67,84 % dos recursos (conforme apurado pelo TCE) e 70.15 % (informados para o SIOPE), descumpriu o Art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, c/c art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (seção 4, item 4.7, Quadro 3, do Relatório de Instrução nº nº 4353/2022; e Seção 2, item 2.3, do Relatório de Instrução Conclusivo nº 823/2023);

a.3) o município não cumpriu o percentual mínimo de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil, e há divergências entre os valores informados para o SIOPE e os apresentados na Prestação de Contas, como segue: do percentual mínimo de aplicação dos 50% dos recursos da Complementação do Valor Anual Total por Aluno/VAAT, em despesas com a Educação Infantil, o município

aplicou 0.00% dos recursos (conforme apurado pelo TCE) e 36.78 % (informados para o SIOPE), arts. 27 e 28, da Lei 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020 (seção 4, item 4.7, Quadro 12, do Relatório de Instrução nº 4353/2022; e Seção 2, item 2.4, do Relatório de Instrução Conclusivo nº 823/2023);

a.4) o município contemplado com os recursos da Complementação Valor Anual Total por Aluno – VAAT, não demonstrou ter aplicado o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) desta receita em despesa de capital na Educação, e apresenta divergências entre os valores informados para o SIOPE e os apresentados na Prestação de Contas, como segue: o município aplicou 0.00% dos recursos (conforme apurado pelo TCE) e 0.46 % (informados para o SIOPE), na forma dos artigos 26, II, 26-A, 27 e art. 28 da Lei nº 14.113/2020, arts. 27 e 28, da Lei 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020 (seção 4, item 4.7, Quadro 13, do Relatório de Instrução nº 4353/2022; e Seção 2, item 2.5, do Relatório de Instrução Conclusivo nº 823/2023).

b) enviar à Câmara de Vereadores do Município de Timbiras/MA, após o trânsito em julgado, as contas de governado Prefeito, acompanhadas deste Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1.º da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas);

b.1) a emissão do presente Parecer Prévio não elide que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos II, IV, V e VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 1.º, §1.º, da Resolução TCE/MA nº 335, de 09 de dezembro de 2020, no exercício de suas atribuições, delibere sobre eventuais atos de gestão realizados pelo Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas do Poder Executivo municipal, constante dos autos do Proc. nº 3394/2022 (Prestação de Contas Anual de Gestores da Administração Direta), ou reportados a qualquer tempo, podendo, em tais situações, emitir acórdão de julgamento, exceto para fins do previsto no art. 1.º, I, “g”, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Ressalte-se que as informações elencadas neste item, servem de subsídio para julgamento pela Câmara, das contas do Prefeito, sobre eventual ato de gestão realizado pelo Prefeito quando ordenador de despesas;

c) enviar à Procuradoria-geral de Justiça do Estado, para os fins legais, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via deste parecer prévio, acompanhada da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Resolução

RESOLUÇÃO TCE/MA Nº 433 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a alteração da Resolução TCE/MA nº 409, de 23 de outubro de 2024.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira do Tribunal de Contas do Estado, prevista no art. 52, combinado com o art. 76, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o art. 3º da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, que confere ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito de sua competência e jurisdição, o poder de expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições;

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária própria para fazer face ao pagamento da despesa ora implantada e a observância do art. 16 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução TCE/MA nº 409, de 23 de outubro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A base de cálculo para pagamento da gratificação natalina (13º salário), terço de férias constitucional, das férias regulamentares indenizadas e da licença-prêmio indenizada, compreendida como o somatório do subsídio e das vantagens pessoais, deve contemplar, inclusive, os valores recebidos a título de abono de permanência, de auxílio- alimentação e de auxílio-saúde pelos conselheiros, conselheiros-substitutos e procuradores de contas.” (NR)

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

Segunda Câmara

Decisão

Processo nº: 6384/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação de legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Lucilene Clara Pereira Cruz

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária de Lucilene Clara Pereira Cruz, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS - TCE Nº 3369/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que trata da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Lucilene Clara Pereira Cruz, matrícula nº 270704, no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 901, de 21 de dezembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5085/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº: 6290/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação de legalidade dos atos de pessoal
Subnatureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV
Responsável: Mayco Murilo Pinheiro
Beneficiária: Zelia de Souza
Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva
Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária de Zelia de Souza, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS - TCE Nº 3363/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que trata da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Zelia de Souza, matrícula nº 266995-00, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 5, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 1390, de 09 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 4986/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº 6291/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal
Subnatureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV
Responsável: Mayco Murilo Pinheiro
Beneficiária: Mércia Maria Rodrigues Lima
Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis
Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Mércia Maria Rodrigues Lima, servidor da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3364/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Mércia Maria Rodrigues Lima, matrícula nº 28975-01, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, Especialidade Vigia, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato Nº 1062, de 06/11/2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 11554/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº: 6295/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação de legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Maria Deusa Pereira dos Santos

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária de Maria Deusa Pereira dos Santos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS - TCE Nº 3365/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que trata da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Maria Deusa Pereira dos Santos, matrícula nº 263636-01, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 1196, de 02 de dezembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5027/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº: 6477/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação de legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto Municipal de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande (IMAP)

Responsável: Carlos Augusto Ribeiro Mesquita II

Beneficiária: Maria Albeniza Rodrigues Magalhães

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição de Maria Albeniza Rodrigues Magalhães, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Vargem Grande - MA. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS -TCE Nº 3374/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que trata da concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade, com proventos integrais, de Maria Albeniza Rodrigues Magalhães, matrícula nº 00804, no cargo de Agente Operacional de Serviços Diversos (AOSD), do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Vargem Grande – MA, outorgada pelo Ato nº 015, de 04 de agosto de 2023, expedido pelo Instituto Municipal de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 3409/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

Processo nº 6454/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Sebastiana Maria da Silva Passos Bastos

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Sebastiana Maria da Silva Passos Bastos, servidora da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3373/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Sebastiana Maria da Silva Passos Bastos, matrícula nº 284388-00, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 7, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 2088, de 29/07/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 11653/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº 6345/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Maria Edine Figueredo Rodrigues

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Maria Edine Figueredo Rodrigues, servidora da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3366/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Maria Edine Figueredo Rodrigues, matrícula nº 281066-01, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 217, de 04/03/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 11604/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº 6453/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Maria Helena Campelo Alves

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Maria Helena Campelo Alves, servidora da Secretaria de Estado da Saúde. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3372/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Maria Helena Campelo Alves, matrícula nº 304566-00, no cargo de Especialista em Saúde, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Cirurgião Dentista, Grupo Administração Geral, Subgrupo Nível Superior, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde,

outorgada pelo Ato nº 2070, de 23 de julho de 2021, expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5152/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), o Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº 6428/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Carlos Alberto Sousa Brasil

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Carlos Alberto Sousa Brasil, servidor da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3371/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Carlos Alberto Sousa Brasil, matrícula nº 311530-01, no cargo de Delegado de Polícia, 1ª Classe, Referência 11, Grupo Segurança, Subgrupo Processamento Judiciário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública, outorgada pelo Ato nº 1583, de 04/04/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 11624/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº 6349/2019 – TCE/MA

Natureza: Tomada de contas especial

Entidade: Município de Buriticupu/MA

Exercício financeiro: 2019

Responsáveis: Jailson Soares Teixeira (Secretário Municipal de Administração e Planejamento) e Denilson Odilon Fonseca (Presidente da Comissão Permanente de Licitação)

Advogados constituídos: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Tomada de contas especial. Processo paralisado por mais de três anos pendente de elaboração de relatório de instrução inicial. Prescrição intercorrente da pretensão punitiva e ressarcitória. Arquivamento.

DECISÃO CS-TCE Nº 3330/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de tomada de contas especial decorrente da conversão de representação apresentada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão ante a constatação de indícios de dano ao erário na execução de contratos firmados entre o Município de Buriticupu/MA e a empresa PVR PINHEIRO ASSESSORIA, a partir do Convite nº 003/2019, exercício financeiro de 2019, com fundamento no art. 43, VII, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado) e no art. 8º da Resolução TCE/MA nº 383/2023, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11268/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem:

a) reconhecer, com fundamento no art. 8º da Resolução TCE/MA nº 383/2023, a ocorrência da prescrição da pretensão ressarcitória e punitiva no âmbito deste Tribunal de Contas do Estado do Maranhão em relação à presente tomada de contas especial;

b) informar ao Ministério Público Estadual, para fins do art. 10 da Resolução TCE/MA nº 383/2023, que o presente processo encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://app.tcema.tc.br/consultaprocessos/> no sítio oficial deste tribunal de contas, consignando que, caso entenda necessário, pode solicitar o envio de cópias físicas;

c) determinar, com fundamento no art. 8º da Resolução TCE/MA nº 383/2023, o arquivamento destes autos.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 6354/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Maria Tereza Ribeiro Marques Lobato

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Maria Tereza Ribeiro Marques Lobato, servidora da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3367/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Maria Tereza Ribeiro Marques Lobato, matrícula nº 265570-00, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica,

do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 931, de 9 de março de 2021, expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5093/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº 6391/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Maria das Dores Vieira Cavalcante

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Maria das Dores Vieira Cavalcante, servidora da Secretaria Estadual da Fazenda. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3370/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Maria das Dores Vieira Cavalcante, matrícula nº 250192-00, no cargo de Agente Receita Estadual, Classe Especial, Referência 11, Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF, do quadro de pessoal da Secretaria Estadual da Fazenda, outorgada pelo Ato nº 1580, de 23 de março de 2021, expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5087/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite
Presidente em exercício da Segunda Câmara
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
Relator
Douglas Paulo da Silva
Procurador-Geral de Contas

Processo nº: 6364/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação de legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário: Laerte de Oliveira Frazão

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária de Laerte de Oliveira Frazão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS - TCE Nº 3368/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que trata da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Laerte de Oliveira Frazão, matrícula nº 249586-00, no cargo de Agente da Receita Estadual, Classe Especial, Referência 11, Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda, outorgada pelo Ato nº 1687, de 31 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5053/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

Presidência

Portaria

REPÚBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1002, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Altera a Matriz de Avaliação da Transparência, anexa à Instrução Normativa TCE/MA nº 81, de 4 de setembro de 2024, para adequação ao Programa Nacional de Transparência Pública 2025, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 85, inciso I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, e o art. 11 da Instrução Normativa TCE/MA nº 81, de 4 de setembro de 2024,

CONSIDERANDO o dever constitucional e legal dos órgãos e entidades públicas de promover a transparência de seus atos e da gestão dos recursos públicos, em observância aos princípios da publicidade, moralidade e eficiência, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a competência do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão para fiscalizar o cumprimento das normas relativas à transparência da gestão fiscal, notadamente a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

CONSIDERANDO a adesão do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão ao Acordo Plurilateral de Cooperação Técnica nº 03/2022, que instituiu o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP),

coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), visando à padronização e ao aprimoramento das ações de avaliação da transparência em âmbito nacional;

CONSIDERANDO a publicação da “Cartilha do Programa Nacional de Transparência Pública: orientações para cidadãos, gestores públicos e Tribunais de Contas – Edição 2025”, que estabelece os novos critérios e a metodologia de avaliação a serem aplicados uniformemente pelos Tribunais de Contas do Brasil no ciclo de fiscalização de 2025;

CONSIDERANDO a competência delegada à Presidência desta Corte pelo art. 11 da Instrução Normativa TCE/MA nº 81, de 4 de setembro de 2024, para, mediante Portaria, alterar a Matriz de Avaliação da Transparência, anexa à referida Instrução, em caso de atualização normativa federal ou estadual;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de internalizar as alterações promovidas pelo PNTP para o exercício de 2025, garantindo o alinhamento do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão às diretrizes nacionais, a segurança jurídica dos jurisdicionados e a efetividade do controle social,

RESOLVE:

Art. 1º O Anexo IV da Instrução Normativa TCE/MA nº 81, de 4 de setembro de 2024, que institui a Matriz de Avaliação da Transparência, passa a vigorar com as alterações, desmembramentos e inclusões de critérios constantes do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º As alterações promovidas por esta Portaria se aplicam ao ciclo de avaliação da transparência pública referente ao exercício de 2025 e subsequentes, até que nova atualização normativa seja editada.

Art. 3º Republicação da Portaria nº 1002/2025 no DOE TCE/MA Edição nº 2912/2025, visto não ter sido publicado o Anexo I na edição nº 2906.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 18 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Dimensão e Critério (Nº e Título)	Tipo de Alteração	Descrição Completa e Itens de Verificação (Conforme PNTP 2025)	Classificação (PNTP 2025)	Fundamentação e Comentários Jurídico-Técnicos
DESPESA 4.1 Divulga o total das despesas empenhadas, liquidadas e pagas?	Desmembrado	<p>Descrição: Devem ser disponibilizadas informações pormenorizadas quanto à despesa do Poder ou do órgão, incluindo o total empenhado, liquidado e pago no período. Essa informação pode ser consolidada ou resultante da soma do detalhamento da despesa. As informações exigidas (empenho, liquidação e pagamento) devem estar disponibilizadas em arquivo ou página única para facilitar a visualização e a comparabilidade. Itens de Verificação: Disponibilidade, Atualidade (30 dias), Série Histórica (3 anos), Gravação de Relatórios (formato editável), Filtro de Pesquisa (ano e mês/período).</p>	<p>Essencial Aplicável a: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria, Consórcios Públicos e Estatais Dependentes</p>	<p>Fundamentação: Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011 – LAI; arts. 48, §1º, inciso II e 48-A, inciso I, da LC nº 101/20; art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.540/20 Comentário: O desmembramento do critério original de despesa em três itens distintos representa um aprimoramento metodológico. Este primeiro critério foca no totalizador da despesa, estabelecendo o nível mais agregado de controle fiscal. A sua classificação como "Essencial" vincula o seu cumprimento ao recebimento de transferências voluntárias, conferindo-</p>

				lhe máxima coercitividade.
DESPESA 4.2 Divulga as despesas por Classificação orçamentária?	Desmembrado	<p>Descrição: Devem ser disponibilizadas informações quanto à despesa do Poder ou do órgão, incluindo a classificação orçamentária, discriminando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa (categoria econômica, grupo, elemento de despesa) e a fonte dos recursos.</p> <p>Itens de Verificação: Disponibilidade, Atualidade (30 dias), Série Histórica (3 anos), Gravação de Relatórios (formato editável), Filtro de Pesquisa (ano, mês, classificação orçamentária).</p>	Essencial Aplicável a: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria, Consórcios Públicos e Estatais Dependentes	<p>Fundamentação: Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011 – LAI; arts. 48, §1º, inciso II e 48-A, inciso I, da LC nº 101/20; art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.540/20</p> <p>Comentário: Este segundo nível de detalhamento visa aprofundar a análise, exigindo não apenas o valor total, mas sua correta alocação programática e funcional. Permite o controle sobre a conformidade da despesa com as leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA) e a verificação do cumprimento das políticas públicas planejadas.</p>
DESPESA 4.3 Possibilita a consulta de empenhos com os detalhes do beneficiário do pagamento ou credor, o bem fornecido ou serviço prestado e a identificação do procedimento licitatório originário da despesa?	Desmembrado	<p>Descrição: Divulga a lista dos empenhos, bem como possibilita o acesso individualizado ao detalhamento de cada um, com as seguintes informações mínimas: a pessoa física ou jurídica beneficiária dos pagamentos (credor); o bem fornecido ou serviço prestado (objeto); e a identificação da modalidade e do número do procedimento licitatório (ou dispensa e inexigibilidade) originário da despesa.</p> <p>Itens de Verificação: Disponibilidade, Atualidade (30 dias), Série Histórica (3 anos), Gravação de Relatórios (formato editável), Filtro de Pesquisa (nº empenho, nome/CPF anonimizado/CNPJ do credor, mês, ano).</p>	Obrigatório Aplicável a: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria, Consórcios Públicos e Estatais Dependentes	<p>Fundamentação: Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011 – LAI; arts. 48, §1º, inciso II e 48-A, inciso I, da LC nº 101/20, art. 8º, I, “h”, do Decreto nº 10.540/2020</p> <p>Comentário: Este é o nível mais granular de transparência da despesa, sendo um instrumento fundamental para o controle social. A exigência de vincular o pagamento ao procedimento licitatório originário permite rastrear todo o ciclo da despesa, desde a contratação até o pagamento, o que é essencial para a</p>

				prevenção de fraudes, desvios e superfaturamento.
18.SAÚDE 18.3 Divulga a lista de espera de regulação para acesso às consultas, exames e serviços médicos?	Novo Critério	Descrição: Devem ser divulgados, no mínimo: número total de pacientes na lista de espera, por especialidade e tipo de procedimento; tempo médio estimado de espera; critérios de priorização; data de registro do protocolo; atualizações periódicas sobre a movimentação da fila; e canal de contato. A identificação do paciente deve ser anonimizada (e.g., via número do Cartão Nacional de Saúde - CNS ou protocolo). Itens de Verificação: Disponibilidade.	Recomendado Aplicável a: EXECUTIVO	Fundamentação: Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008. Comentário: Este novo critério representa uma evolução significativa no escopo da transparência, transcendendo a dimensão puramente fiscal para abranger a qualidade e a efetividade dos serviços públicos. A publicidade das filas de espera permite o controle social sobre o acesso à saúde, um direito fundamental. A anonimização dos dados pessoais é crucial para a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
18.SAÚDE 18.4 Divulga lista dos medicamentos a serem fornecidos pelo SUS e informações de como obter medicamentos, incluindo os de alto custo?	Novo Critério	Descrição: Divulgação da lista de medicamentos (REMUME/RESME) e dos procedimentos para obtenção de medicamentos, incluindo os de alto custo (documentação, locais, passo a passo). Documentos em PDF devem possuir reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Itens de Verificação: Disponibilidade, Atualidade (2 anos), Filtro de Pesquisa (ou PDF pesquisável).	Recomendado Aplicável a: EXECUTIVO	Fundamentação: Art. 26, parágrafo único, inciso I, do Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011 (redação dada pelo Decreto n. 11.161, de 2022). Comentário: Este critério atende a uma demanda social crítica por informação sobre o direito à saúde e à assistência farmacêutica. A exigência técnica de OCR em documentos PDF é um requisito importante para garantir a usabilidade e a acessibilidade da informação, permitindo que os cidadãos localizem facilmente os medicamentos de que

				necessitam.
18.SAÚDE 18.5 Divulga os estoques de medicamentos das farmácias públicas?	Novo Critério	Descrição: Exige-se a divulgação dos estoques de medicamentos das farmácias públicas. É considerada boa prática a disponibilização dessas informações por unidade de saúde ou ponto de dispensação, com os respectivos endereços. Itens de Verificação: Disponibilidade, Atualidade (15 dias), Filtro de Pesquisa.	Obrigatório Aplicável a: EXECUTIVO	Fundamentação: Art. 6º-A da Lei nº 8.080/1990 (alterada pela Lei nº 14.654/2023) Comentário: Este critério possui alto impacto na vida cotidiana do cidadão. Permite o controle em tempo real da disponibilidade de Insumos essenciais, prevenindo o desabastecimento e permitindo que o cidadão se dirija às unidades com estoque, otimizando o acesso ao serviço. A exigência de atualização quinzenal representa um desafio logístico para a gestão, mas é essencial para a utilidade e a fidedignidade da informação.
15. LGPD E GOVERNO DIGITAL 15.4 Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em dados abertos (estruturados por elegíveis por máquina), e a página contém as regras de utilização?	Redação Alterada	Descrição: Os dados divulgados nos portais públicos (transparência ativa) devem ser legíveis por máquina e em formato aberto. A página deverá conter também as regras de utilização com seções detalhadas e exemplos. Neste ciclo, é considerado atendido quando o Poder ou Órgão tiver pelo menos um caso de dados legível por máquina. Itens de Verificação: Disponibilidade.	Obrigatório Aplicável a: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria, Consórcios e Estatais Dependentes e Independentes	Fundamentação: a: LAI, Art. 8º, §3º, III; Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Art. 8º, §3º, III da Lei nº 12.527/2011 - LAI e Art. 3º, XXV e 24, V da Lei 14.129/2021. e, para empresas estatais, art. 8º, incisos III-V do Decreto 7.724/2012 Comentário: Este critério representa a fronteira da transparência pública. A exigência de dados abertos e APIs (Interfaces de Programação de Aplicações) vai além da simples publicação de informações. Visa permitir o reuso automatizado da

				informação por jornalistas, pesquisadores, desenvolvedores de aplicativos e pela sociedade civil organizada, multiplicando exponencialmente o potencial do controle social e da inovação cívica.
16.1 Divulga as desonerações tributárias concedidas e a fundamentação legal individualizada?	Redação Alterada	Descrição: Neste critério, exige-se a especificação de todas as espécies de desonerações tributárias ou benefícios fiscais disponíveis aos contribuintes bem como as suas respectivas fundamentações legais que autorizaram Itens de Verificação: Disponibilidade.	Recomendada Aplicável a: Executivo	Fundamentação: Art. 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 198, §3º, III, do Código Tributário Nacional
16.2 Divulga informações sobre as renúncias de receitas, indicando o tipo ou espécie de benefício ou incentivo fiscal, a previsão do montante a ser renunciado e o valor renunciado?	Redação Alterada	Descrição: Devem ser divulgados os valores previstos e os efetivamente renunciados em determinado período, identificando os montantes por Espécie/tipo de benefício ou incentivo	Recomendada Aplicável a: Executivo	Fundamentação: Art. 37, caput, da CF, Arts. 14, 48, §1º, II e 48-A, inciso II, da LC nº 101/00 e art. 8º, II, do Decreto nº 10.540/20.
17.1 Identifica as emendas parlamentares recebidas, contendo informações sobre a origem, a forma de repasse, o tipo de emenda, o número da emenda, a autoria, o valor previsto e realizado, o objeto e função de governo?	Redação Alterada	Descrição: Exige-se para o atendimento a divulgação das seguintes informações das emendas recebidas pela entidade avaliada em seção própria do portal: A origem dos recursos da emenda (federal, estadual); O tipo (emendas individuais, de bancada, de comissão etc); A autoria (nome do parlamentar, bancada ou comissão); A forma de repasse (transferência especial, fundo a fundo ou convênio etc); O número de identificação da emenda; O número do convênio (se aplicável); Valor previsto do	Recomendada Aplicável a: Executivo	Fundamentação: Emenda à Constituição nº 105/2019, Portaria Interministerial ME/SEGOV nº 6.411/2021, art. 19; Nota Recomendatória Atricon nº 01/2022; Acórdão nº 518/2023 - TCU/Plenário.

		repasse; Valor repassado pelo concedente; Objeto/finalidade; Função de governo.		
17.2 Demonstra a execução orçamentária e financeira oriunda das “emendas pix”?	Redação Alterada	Descrição: Devem ser divulgadas em seção própria do portal transparência denominada “Emendas Parlamentares” a execução orçamentária e financeira oriunda dos recursos recebidos via emendas parlamentares individuais, sob a forma de transferência especial, as chamadas “emendas pix”. Devem ser demonstradas as seguintes informações, mínimas: O código da emenda ou número de identificação; Valor repassado; Beneficiários dos pagamentos (pessoas físicas ou jurídicas); Descrição da despesa, identificando o objeto do gasto; Número do empenho; Valores empenhados, liquidados e pagos.	Recomendada Aplicável a: Poder Executivo (Estadual e Municipal)	Fundamentação: Art. 166-A, I (Emenda à Constituição nº 105/2019), Portaria Interministerial ME/SEGOV nº 6.411/2021, art. 19; Nota Recomendatória Atricon nº 01/2022; Acórdão nº 518/2023 - TCU-Plenário, Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR nº 1, de 1º de abril de 2024.
15.2 Publica a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados?	Alteração a Classificação	Descrição: Da mesma forma, em atendimento à LGPD, publica a Política de Privacidade e Proteção de Dados adotada pelo Poder ou órgão.	RECOMENDADA Aplicável a: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria, Consórcios e Estatais Dependentes e Independentes	Fundamentação: Art. 50, inciso I, da LGPD (Lei 13.709/ 2018); Art. 3º, incisos XVII, da Lei 14.129/2021.
13.5 Contém mapa do site institucional?	Alteração a Classificação	Descrição: Considerando que as informações do portal da transparência já se encontram, em regra, sistematizadas, é necessário que ao menos o site institucional conte com um mapa, o que geralmente é encontrado na parte inferior de sua página principal.	RECOMENDADA A Aplicável a: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público,	Fundamentação: Art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011 – LAI; art. 63, da Lei nº 13.146/2015 e art. 3º, XIX, da Lei nº 14.129/2021.

			Defensoria, Consórcios e Estatais Dependentes e Independentes .	
--	--	--	--	--

PORTARIA TCE/MA Nº 1038, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

Anulação de participação em Congresso.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, inciso VI, da Lei 8.258 de 06 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Anular a participação do Conselheiro deste Tribunal, Marcelo Tavares Silva, matrícula nº 14845, no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas do Brasil, no período de 02 a 05 de dezembro de 2025, na cidade de Florianópolis/SC, anteriormente concedida pela Portaria nº 770/2025, publicada no DOE TCE/MA edição nº 2853/2025, conforme requerido nos autos do Processo SEI/TCE/MA nº 25.001215.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 28 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Gabinete dos Relatores**Despacho**

Processo nº 2668/2025-TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Auditoria

Exercício financeiro: 2024

Entidade: Prefeitura Municipal de Luis Domingues/MA

Responsável: Ildemê Silva Sousa – Secretaria Municipal de Educação

DESPACHO Nº 1015/2025 – GCONS/MNN

Considerando a Portaria nº 205, de 27 de fevereiro de 2025, ante o disposto no art. 127, § 4º da Lei Orgânica deste Tribunal, DEFIRO o pedido de prorrogação formulado nos autos do processo em epígrafe, porque tempestivo, pelo prazo de trinta dias, a contar do primeiro dia seguinte ao vencimento do prazo inicial para apresentação de defesa quanto às ocorrências consignadas no Relatório de Instrução nº 6268/2025-GEFIS1/LIDERANÇA1, encaminhado ao responsável mediante o ato de Citação nº 151/2025 – GCONS/MNN. O novo prazo final para apresentação de defesa encerra-se em 19/12/2025.

Dê-se ciência à parte, por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Em 28 de novembro de 2025 às 13:13:08

Processo nº 2668/2025-TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Auditoria

Exercício financeiro: 2024

Entidade: Prefeitura Municipal de Luis Domingues/MA

Responsável: Cleyson Cirino Sousa – Controlador

DESPACHO Nº 1016/2025 – GCONS/MNN

Considerando a Portaria nº 205, de 27 de fevereiro de 2025, ante o disposto no art. 127, § 4º da Lei Orgânica deste Tribunal, DEFIRO o pedido de prorrogação formulado nos autos do processo em epígrafe, porque tempestivo, pelo prazo de trinta dias, a contar do primeiro dia seguinte ao vencimento do prazo inicial para apresentação de defesa quanto às ocorrências consignadas no Relatório de Instrução nº 6268/2025-GEFIS/LIDERANÇA1, encaminhado ao responsável mediante o ato de Citação nº 152/2025 – GCONS/MNN. O novo prazo final para apresentação de defesa encerra-se em 19/12/2025.

Dê-se ciência à parte, por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Assinado Eletronicamente Por:
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
Em 28 de novembro de 2025 às 13:13:08

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de trinta dias

Processo nº 6213/2025-TCE/MA

Natureza: Tomada de contas especial

Espécie: Outros

Objeto: Convênio nº 02/2022-SECMA

Entidades Celebrantes: Secretaria de Estado da Cultura-SECMA e Prefeitura Municipal de Turilândia/MA

Responsável: José Paulo Dantas Silva Neto - Prefeito no exercício financeiro de 2022

O Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto, na forma do §2º e §4º, inciso II, do art.127 da Lei Estadual nº 8.258 de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a todos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de trinta dias, que, por este meio, CITA o Senhor José Paulo Dantas Silva Neto, CPF nº 02852022354, não localizado em citação anterior pelos Correios, para os atos e termos do Processo nº 6213/2025-TCE/MA, que trata de Tomada de Contas Especial instaurada com o objetivo de apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar danos decorrentes da execução do Convênio nº 02/2022-SECMA, celebrado entre o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Cultura-SECMA e Prefeitura Municipal de Turilândia, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às ocorrências enumeradas no Relatório de Instrução nº 6478/2025-GEFIS III/TCESPECIAL, constante do mencionado processo. Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerada revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações dos Relatores e o Processo nº 6213/2025-TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria ou procurador habilitado por meio do site eletrônico do TCE/MA (www.tcema.tc.br) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 27/11/2025.

Assinado Eletronicamente Por:
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
Em 01 de dezembro de 2025 às 10:14:32

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de trinta dias

Processo nº 6213/2025-TCE/MA

Natureza: Tomada de contas especial

Espécie: Outros

Objeto: Convênio nº 02/2022-SECMA

Entidades Celebrantes: Secretaria de Estado da Cultura-SECMA e Prefeitura Municipal de Turilândia/MA

Responsável: Yuri Arruda Milhomem - Secretário de Estado de Cultura no exercício financeiro de 2022

O Conselheiro-Substituto Melquize deque Nava Neto, na forma do §2º e §4º, inciso II, do art.127 da Lei Estadual nº 8.258 de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de trinta dias, que, por este meio, CITA o Senhor Yuri Arruda Milhomem, CPF nº 03598834357, não localizado em citação anterior pelos Correios, para os atos e termos do Processo nº 6213/2025-TCE/MA, que trata de Tomada de Contas Especial instaurada com o objetivo de apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar danos decorrentes da execução do Convênio nº 02/2022-SECMA, celebrado entre o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Cultura-SECMA e Prefeitura Municipal de Turilândia, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às ocorrências enumeradas no Relatório de Instrução nº 6478/2025-GEFIS III/TCESPECIAL, constante do mencionadoprocesso. Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerada revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações dos Relatores e o Processo nº 6213/2025-TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria ou procurador habilitado por meio do site eletrônico do TCE/MA (www.tcema.tc.br) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 27/11/2025.

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro-Substituto Melquize deque Nava Neto

Em 28 de novembro de 2025 às 13:18:10

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de trinta dias

Processo nº 6317/2025-TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Autoridade administrativa

Exercício financeiro: 2025

Entidade: Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA

Responsável: Hamilton Nogueira Aragão - Prefeito no exercício financeiro de 2025

O Conselheiro-Substituto Melquize deque Nava Neto, na forma do §2º e §4º, inciso II, do art.127 da Lei Estadual nº 8.258 de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de trinta dias, que, por este meio, CITA o Senhor Prefeito Hamilton Nogueira Aragão, CPF nº 25497251315, não localizado em citação anterior pelos Correios, para os atos e termos do Processo nº 6317/2025-TCE/MA, que trata da Representação da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão, referente ao exercício financeiro 2025, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às ocorrências enumeradas na Representação da Gerência de Fiscalização I, constante do mencionado processo. Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerado revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações dos Relatores e o Processo nº 6317/2025-TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria ou procurador habilitado, por meio do site eletrônico do TCE/MA (www.tcema.tc.br) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº,

Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 27/11/2025.

Assinado Eletronicamente Por:
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
Em 01 de dezembro de 2025 às 08:42:04

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de trinta dias

Processo nº 5954/2025-TCE/MA

Natureza: Tomada de contas especial

Espécie: Outros

Objeto: Portaria Fundo a Fundo nº 2528/2024-SES

Entidades Celebrantes: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão e Fundo Municipal de Saúde de Bequimão/MA.

Responsável: João Batista Martins - Prefeito (gestão 2021 a 2024)

O Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto, na forma do §2º e §4º, inciso II, do art.127 da Lei Estadual n.º 8.258 de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de trinta dias, que, por este meio, CITA o Senhor João Batista Martins, CPF nº 32926774320, não localizado em citação anterior pelos Correios, para os atos e termos do Processo nº 5954/2025-TCE/MA, que trata de Tomada de Contas Especial instaurada com o objetivo de apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar danos decorrentes da execução da Portaria Fundo a Fundo nº 2528/2024-SES, celebrado entre o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão e Fundo Municipal de Saúde de Bequimão, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às ocorrências enumeradas no Relatório de Instrução nº 6486/2025- GEFIS III/TCESPECIAL, constante do mencionadoprocesso. Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerada revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações dos Relatores e o Processo nº 5954/2025-TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria ou procurador habilitado por meio do site eletrônico do TCE/MA (www.tcema.tc.br) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 27/11/2025.

Assinado Eletronicamente Por:
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
Em 28 de novembro de 2025 às 13:18:10

Secretaria de Gestão

Portaria

PORTARIA Nº 1043, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e/ou alterar as férias regulamentares, dos servidores constantes nos Anexos abaixo descritos,

que ora se encontram à disposição deste Tribunal.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 28 de novembro de 2025.

Regivânia Alves Batista

Secretária de Gestão em exercício

ÓRGÃO DE ORIGEM : MARANHÃO PARCERIA

MAT.	SERVIDOR	EXER.	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM	DIAS	PAG.
5207	ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA MOREIRA	2025	Alteração	14/11/2025	23/11/2025	10	NÃO
				05/01/2026	14/01/2026	10	
				17/03/2026	26/03/2026	10	

ÓRGÃO DE ORIGEM : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

MAT	SERVIDOR	EXER.	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM	DIAS	PAG.
5777	RITA DE CASSIA SILVA GALVAO MENDES	2025	Concessão	12/01/2026	10/02/2026	30	SIM

ÓRGÃO DE ORIGEM : SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

MAT	SERVIDOR	EXER.	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM	DIAS	PAG.
11767	JULIO CESAR DE LIMA	2026	Concessão	05/01/2026	03/02/2026	10	SIM
5140	MARIA DA GLÓRIA ARAÚJO DE MELO	2026	Concessão	12/01/2026	21/01/2026	10	SIM
				15/06/2026	24/06/2026	10	
				19/10/2026	28/10/2026	10	

ÓRGÃO DE ORIGEM : SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS

MAT	SERVIDOR	EXER.	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM	DIAS	PAG.
12583	CLEYTON TAMOIO RODRIGUES SERRA	2025	Concessão	21/01/2026	30/01/2026	10	SIM
				19/02/2026	28/02/2026	10	
				16/03/2025	25/03/2026	10	

ÓRGÃO DE ORIGEM : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

MAT	SERVIDOR	EXER.	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM	DIAS	PAG.
12609	ANTONIO MARQUES DOS SANTOS	2025	Concessão	05/01/2026	03/02/2026	30	SIM

ÓRGÃO DE ORIGEM : CASA CIVIL

MAT	SERVIDOR	EXER.	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM	DIAS	PAG.
13391	RAIMUNDA HELENA MOURA RIBEIRO LINDOSO	2025	Concessão	05/01/2026	14/01/2026	10	SIM
				06/07/2026	15/07/2026	10	
				05/10/2026	14/10/2026	10	

PORTARIA Nº 1018, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar 30 (trinta) dias de férias, relativas ao exercício 2025, do servidor Iuri Santos Sousa, matrícula nº 10538, Auditor Estadual de Controle Externo, anteriormente concedidas pela Portaria TCE/MA nº 31/2025, ficando o referido gozo para o período de 05/01/2026 a 03/02/2026, nos termos do Processo SEI nº. 23.000392.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Regivânia Alves Batista
Secretária de Gestão em exercício

PORTARIA Nº 1044, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Kleber Werneck Vieira Pinto, matrícula nº 15511, SD PM, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), ora à disposição deste Tribunal, licença para tratamento de saúde, no período de 06/10/2025 a 02/12/2025, nos termos da Ata da JMS/PMMA nº 202510101419285, Ata da JMS/PMMA nº 20251029113122 e Ata da JMS nº 20251105111420, constantes no Processo SEI/TCE-MA nº 24.000227.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 28 de novembro 2025.

Regivânia Alves Batista
Secretária de Gestão em exercício

PORTARIA Nº 1035, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Concessão de férias de servidor da Polícia Militar do Maranhão, ora à disposição deste Tribunal.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias relativas ao exercício 2026, aos servidores constantes no Anexo I, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Maranhão (PMMA), que ora se encontram à disposição deste Tribunal, nos termos do Processo SEI nº 23.001252.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Regivânia Alves Batista
Secretário de Gestão
Anexo I

POSTO/GRADUAÇÃO	NOME	MAT.	PERÍODO
ST PM	Manoel Bernadino Cantanhede Neto	10827	05/01 a 03/02/2026
ST PM	Samuel Silva Santos	10751	02/03 a 31/03/2026
ST PM	Hailton Almeida Gomes	15503	02/03 a 31/03/2026
1º SGT PM	José Cícero Tobias da Silva	15446	01/04 a 30/04/2026
1º SGT PM	Clístenes Ney Medeiros Araújo	14779	01/04 a 30/04/2026
3º SGT PM	Mário César da Costa Silva	14811	04/05 a 02/06/2026
SD PM	Kleber Werneck Vieira Pinto	15511	04/05 a 02/06/2026
3º SGT PM	Adalberto Pinto Júnior	14787	08/06 a 07/07/2026
1º TEN QOAPM	Raimundo de Jesus Diniz Froz	15438	01/07 a 30/07/2026
3º SGT PM	José Leandro Feitosa Corrêa	16097	01/07 a 30/07/2026
MAJ QOPM	Gracyelthon Ferreira Madeira de Brito	16071	03/08 a 01/09/2026

2º SGT PM	Joanderson Pires do Nascimento	16089	03/08 a 01/09/2026
ST PM	Maria Cristina dos Santos Pereira	12666	09/09 a 08/10/2026
SD PM	Jefferson Roberto Gomes Coimbra	16105	09/09 a 08/10/2026
CEL QOPM	Pitagoras Mendes Nunes	16154	01/10 a 30/10/2026
CB PM	Yuri Rodrigo Costa Corrêa	16162	01/10 a 30/10/2026
1º SGT PM	Luciano Serra da Silva	15537	03/11 a 02/12/2026
2º SGT PM	Antônio de Jesus Castro Mendes	16147	03/11 a 02/12/2026

Extrato de Contrato

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PLURILATERAL DE COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2024; PARTES: Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e a ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - CNPJ: 37.161.122/0001-70; OBJETO DO CONTRATO: A ampliação do escopo do Convênio Plurilateral de Cooperação e Colaboração Técnica nº 001/2024, com a correspondente alteração do valor das contribuições financeiras da Atricon e dos Tribunais de Contas, bem como a atualização do Plano de Trabalho, que contemplará as ações a serem adotadas pela Atricon e pelo TCE-MA ao longo de sua vigência, sem prejuízo do objeto originalmente avençado.; DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Convênio Plurilateral de Cooperação e Colaboração Técnica nº 001/2024. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2025 São Luís - MA, 01 de dezembro de 2025. Rodrigo César Altenkirch Borba Pessoa, SUPEC/COLIC/TCE/MA.